

# Pan-americanismo e Estado Novo: considerações conceituais

Jorge Minella

## Resumo

Partindo do contexto de envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial e da ideia de pan-americanismo como elemento fundamental da adesão aos aliados, analisamos a obra de Carlos Maul, *As fontes brasileiras do pan-americanismo*, 1941, e textos do Segundo Congresso de Brasilidade, de 1942, em busca dos caminhos conceituais de conciliação de uma ideia pan-americana pautada pelo discurso da democracia e das liberdades individuais com o regime autoritário e nacionalista do Estado Novo. Encontramos nessas obras uma estratégia que segue dois caminhos complementares: afirmação de que o Estado Novo é, também, democrático, embora diferente dos demais por questões de peculiaridades históricas; e o apelo para uma tradição pan-americanista brasileira, nacionalizando uma ideia internacionalista.

**Palavras-chave:** Estado Novo. Pan-Americanismo. Solidariedade continental.

Em 11 de junho de 1940, Dia da Marinha, a bordo do encouraçado Minas Gerais, o presidente Getúlio Vargas proferiu o seu polêmico discurso “No limiar de uma nova era”.<sup>1</sup> Nesse momento as vitórias alemãs na Europa se acumulavam e a França estava à beira da derrota. O destino da Inglaterra era incerto. As vitórias militares das forças armadas alemãs eram um exemplo de força e eficiência. Esse discurso de Vargas, com referências que podem ser consideradas simpáticas ao nazi-fascismo, teve grande repercussão naquele momento delicado, em que se polarizavam os regimes autocráticos contra os chamados “democráticos”.<sup>2</sup>

O discurso anunciava uma “nova era”; ao dizer que os “velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio”,<sup>3</sup> parece referir-se, considerando o momento de derrota dos regimes democráticos, tanto militarmente quanto da incapacidade de

\* Mestre em História pela UFSC.

Recebido em 03/04/2012 - Aprovado em 25/05/2012

superar plenamente a crise econômica que se iniciara em 1929, justamente a esse tipo de configuração do Estado, que declinava. O antiquado, naquele momento, eram os princípios políticos liberais. Somam-se a isso a própria Constituição do Estado brasileiro desde 1937, profundamente divergente dos princípios liberais, e a referência parece se consolidar. E diz ainda que o declínio das fórmulas antiquadas

não é, porém, como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização, mas o início, tumultuoso e fecundo, de uma nova era. Os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir o rumo de suas aspirações, em vez de se deterem na contemplação do que desmorona e tomba em ruína. É preciso, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das ideias mortas e dos ideais estéreis.<sup>4</sup>

O que tombava nos solos franceses e nos céus da Inglaterra era a civilização liberal, cujo destino inevitável parecia ser a ruína diante do novo tempo marcado pelos regimes fortes, dos “povos vigorosos”. A sugestão geral do discurso parece ser de que o liberalismo, aqui num sentido amplo, tanto econômico como político, sem muitas especificações, é um modelo que está sendo derrotado e que não deve ser seguido pelo Brasil, e não o é pelo seu governo. Ele defende um Estado forte, que seja capaz de desenvolver economicamente a Nação por meio de investimentos estratégicos e de proteger os trabalhadores, como um modo de criar e manter um “núcleo nacional coeso”.<sup>5</sup>

Em meio ao forte caráter nacionalista do discurso, uma das passagens que

mais representa as suspeitas de simpatias com regimes fascistas diz:

A ordenação política não se faz, agora, à sombra do vago humanitarismo retórico que pretendia anular as fronteiras e criar uma sociedade internacional sem peculiaridades nem atritos, unida e fraterna, gozando a paz como um bem natural e não como uma conquista de cada dia [...]. Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores da desordem.<sup>6</sup>

Vargas não parece estar criticando o liberalismo ou o “humanitarismo” simplesmente por discordar de seus princípios. Ao contrário, sua fala poderia (embora não o faça) até mesmo ocultar uma simpatia pelos seus discursos, ainda que idealistas. Ele parece apontar, na verdade, para uma espécie de falha histórica, um anacronismo político, destinado a ser superado pela “nova ordem”, que, ademais, é “incompatível com o individualismo”.<sup>7</sup> Novamente, o discurso ganha peso porque é muito bem colocado no seu contexto. A que “internacionalismo” se referia o presidente? Pode ele ter se referido à Liga das Nações, mas não podemos esquecer que o pan-americanismo, reunido em torno das Conferências Pan-Americanas,<sup>8</sup> iniciadas em 1889, era um projeto internacionalista tão ou mais solidamente articulado que o da Liga.

Verdade seja dita, a interpretação de que ele criticava os projetos interamericanos com essa afirmação perde muita força se considerarmos que logo nos primeiros momentos de seu discurso o presidente ressalta que o continente americano está unido por um estreito vínculo de solidarie-

dade, “em torno de ideais e aspirações e no interesse comum de nossa defesa”<sup>9</sup> 10. No entanto, a pergunta que vem à tona é: que ideais e aspirações são essas que unem o continente americano? Não há contradições significativas entre esses ideais e a sequência do discurso de Vargas e, mais importante, com o próprio regime do Estado Novo?

Para entender o impacto desse discurso e suas contradições, que parecem ter sido cirurgicamente postas por Vargas, é preciso, além de ter em mente as vitórias dos regimes nazi-fascistas na Europa, levar em conta a própria política externa brasileira dos anos anteriores. É preciso, além disso, considerar não apenas a participação afirmativa das delegações brasileiras nas Conferências Pan-Americanas, de 1936 em Buenos Aires e de 1938 em Lima, e da Primeira Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores, de 1939 no Panamá, mas também as relações bilaterais com Estados Unidos, de um lado, e Alemanha, de outro.

Gerson Moura caracteriza a política externa brasileira, marcadamente entre os anos de 1935 e o final de 1940, com o termo “equidistância pragmática”, que denota uma política de aproximações alternadas e simultâneas a um e outro centro.<sup>11</sup> Os centros de poder concorrentes em questão eram os Estados Unidos e a Alemanha. Para o autor, esses centros de poder, entendidos como países centrais em esferas de influência às quais os países periféricos se associam, disputavam o estabelecimento de relações que “necessitavam” ter com a periferia. A América Latina, então, tor-

nava-se um alvo disputado, principalmente como mercado consumidor de produtos industriais, abundantes tanto nos Estados Unidos como na Alemanha, e como fornecedores de matérias-primas para sustentar o crescimento econômico.

O Brasil ocupou papel importante na disputa pelos países periféricos. Sua posição geográfica, com a região nordeste avançando sobre o Atlântico, facilitaria o controle da parte sul do Oceano e o movimento de tropas e equipamentos da América para a África. Ainda mais importante era a capacidade de o país fornecer matérias-primas essenciais para o esforço de guerra, como borracha e ferro.<sup>12</sup> Estados Unidos e Alemanha procuraram envolver o Brasil em seus sistemas de poder através de ofensivas econômicas, ideológicas e políticas.

No campo econômico, enquanto os Estados Unidos já eram um parceiro de peso para o Brasil, consumindo a maior parte das exportações de produtos primários do país, incluindo o café, motor da economia nacional, a Alemanha aparecia como um ator relativamente novo. Além do que, o tipo de comércio realizado com o país europeu era diferente do praticado com os Estados Unidos: o comércio compensado permitia ao Brasil e à Alemanha trocar mercadorias sem o uso de moeda de troca internacional, escassa em ambos os países, e garantia o equilíbrio comercial entre os dois.<sup>13</sup> Nesses termos, a Alemanha passou a ser o segundo maior parceiro comercial do Brasil, aumentando sua influência no país e fornecendo também armas que o sistema de poder concorrente relutava em en-

tregar, bem como acenando a possibilidade de financiar e oferecer apoio técnico para a construção de uma siderúrgica no Brasil. O rearmamento e a construção da siderúrgica eram elementos vitais para o governo Vargas, como atesta o próprio discurso de 11 de junho.

O poder de barganha do Brasil frente aos centros de poder foi possível pelo caráter contraditório desses centros; conforme a perspectiva de uma guerra em grande escala se consolidava no horizonte, a partir do início de 1939, tornava-se cada vez mais vital para os centros de poder a adesão dos países periféricos, que aumentava a margem de manobra de um país como o Brasil. Além disso, a divisão interna do governo brasileiro entre setores pró-Alemanha, especialmente os militares ansiosos pela renovação do exército e entusiasmados com o sucesso militar alemão, como o chefe do Estado maior do Exército, general Góis Monteiro, e os pró-Estados Unidos, principalmente entre o corpo do Itamaraty, na figura de Oswaldo Aranha, possibilitava a posição ambígua mantida pelo governo.<sup>14</sup>

A missão Aranha realizada por um convite do governo dos Estados Unidos ao chanceler Oswaldo Aranha para uma visita ao país para tratar da conjuntura internacional e dos problemas financeiros do Brasil, causados pela crise do balanço de pagamentos, foi o primeiro ponto de inflexão da política de equidistância pragmática.<sup>15</sup> O pedido de apoio financeiro e técnico para o projeto siderúrgico brasileiro não foi atendido, tampouco o apoio para rearmamento, mas muitos passos políticos e econômicos importantes foram dados,<sup>16</sup>

incluindo a troca de visitas de chefes do Estado maior dos exércitos de ambos os países, com vistas a diminuir a influência do eixo sobre os militares brasileiros.

Finalmente, com a eclosão da guerra na Europa, o comércio com a Alemanha foi drasticamente reduzido pelas dificuldades de trânsito no Atlântico, enfraquecendo a posição de influência daquele país no Brasil e liberando espaço comercial para os Estados Unidos.<sup>17</sup> As relações comerciais próximas com a Alemanha que se mantiveram até setembro de 1939, a existência de uma comunidade alemã e italiana relevante no sul do país, embora não necessariamente simpática ao eixo,<sup>18</sup> e a evidente aproximação ideológica do regime do Estado Novo com as potências do eixo na Europa, tudo isso completado pelo esforço do governo em buscar na Alemanha apoio para seus projetos estratégicos, como a siderurgia e o rearmamento, na medida em que os Estados Unidos recusavam-se a oferecê-lo, completam o quadro do impacto do discurso de Vargas no encouraçado Minas Gerais naquele dia 11 de junho de 1940.

No entanto, em meio a essa posição ambígua do governo brasileiro nas suas relações bilaterais com os centros de poder concorrentes, simultaneamente, ocorriam as Conferências Pan-Americanas, e nesse campo o papel do Itamaraty, cuja figura central a partir de 1938 seria Oswaldo Aranha,<sup>19</sup> entusiasta dos Estados Unidos, sobrepor-se-ia em muito às simpatias dos setores militares, que aparentemente tinham pouca influência na determinação das políticas do Ministério de Relações Exteriores, visto o forte apoio concedido

pelo Brasil às iniciativas estadunidenses no contexto da União Pan-Americana. É fundamental, neste ponto, considerar a mudança da política externa dos Estados Unidos, que, em 1933, com o governo Roosevelt mudou, de fato, a infame política do *big stick*, insustentável por seus custos e pelo ressentimento causado nas repúblicas sul-americanas, que sofreram sua ação, para a política de boa vizinhança (*good neighbor policy*),<sup>20</sup> fazendo com que o espaço de discussão das Conferências Pan-Americanas ganhasse atenção maior daquele governo.

A primeira Conferência Pan-Americana ocorrera em Washington, em 1889-1890, convocada pelos Estados Unidos, sendo um marco do pan-americanismo moderno,<sup>21</sup> de cunho fortemente comercial, com a proposta estadunidense da união aduaneira dos países americanos, que colocaria os Estados Unidos como centro do comércio continental, em detrimento da Inglaterra. Foi quando se cunhou a famosa frase “América para os americanos”,<sup>22</sup> do secretário de Estado James Blaine.

Em dezembro de 1936, a conferência ocorreu em Buenos Aires e foi chamada de “Conferência Interamericana de Consolidação da Paz”, convocada pelos Estados Unidos com o intuito de criar um sistema capaz de coordenar as atividades interamericanas diante de acontecimentos imprevisíveis.<sup>23</sup> Nesse momento consolidava-se na cena da crise mundial em escalada uma ideia que ronda a América desde sua independência, ou, segundo alguns, como veremos, desde os tempos coloniais, o “pan-americanismo”: um apelo à solida-

riedade continental baseada em supostos ideais comuns das nações americanas, a saber, o ideal de liberdade, do governo republicano, da democracia, do respeito aos direitos individuais, do respeito à soberania dos outros estados e à lei internacional e da solução pacífica dos conflitos.<sup>24</sup>

Embora as conferências tenham ocorrido regularmente, o “resgate” de uma política de solidariedade continental mais ampla, em 1936, ocorreu em um momento de crise por interesse claro dos Estados Unidos, que, segundo Lobo (1987, p. 82), recusavam o debate político desde a Conferência de Buenos Aires de 1910, período em que a política do *big stick* estava em plena atividade.<sup>25</sup>

Em 1936 criou-se, então, o Sistema de Consultas, incorporado na Convenção sobre a Manutenção, Salvaguarda e Restabelecimento da Paz, que determinava, em linhas gerais, que em caso de ameaça à paz continental, seja por conflito entre as repúblicas americanas, seja por alguma ameaça fora do continente, poderia ser convocada uma reunião de consulta entre as 21 repúblicas. Além disso, o outro mote da conferência, a “Declaração de princípios sobre a solidariedade e a cooperação americana”, incluía o seguinte ponto: “As nações americanas, fiéis às suas instituições republicanas, proclamam sua absoluta liberdade jurídica, o respeito incondicional às suas soberanias, e a existência de uma democracia solidária no continente”.<sup>26</sup> O Brasil ratificou os princípios de solidariedade, mas em novembro de 1937, com a instalação do Estado Novo, a contradição do regime brasileiro com os “ideais americanos” tornou-se evidente.<sup>27</sup>

É claro que os ideais americanos de democracia podem e devem ser relativizados em todos os países do continente, mas o Brasil constitui um exemplo em que a contradição foi tão forte que exigiu uma resposta conceitual por parte do governo.

Na VIII Conferência Pan-Americana em Lima, em 1938, que reafirmou os princípios de solidariedade continental em torno da democracia e dos valores de liberdade e estipulou que o sistema de consultas seria realizado pelos ministros das Relações Exteriores das repúblicas, o discurso final da delegação brasileira, presidida pelo já ministro Oswaldo Aranha, não incluiu o tema da democracia, referindo-se à solidariedade continental de maneira conceitualmente mais vaga, mas com uma postura contundentemente favorável à unidade continental.<sup>28</sup>

Então, se por um lado o Brasil mantinha a política de Equidistância Pragmática, descrita por Moura, por outro, nas Conferências Pan-americanas se mostrava plenamente favorável à solidariedade continental e ao sistema de consulta, ferramenta que visava colocar em prática essa solidariedade em tempos obscuros como aqueles. A Primeira Reunião de Consulta dos ministros ocorreu no Panamá, de 29 setembro a 3 de outubro de 1939, poucos dias após a invasão da Polônia e a consequente declaração de guerra de Inglaterra e França à Alemanha; reuniram-se, na ocasião, sob os auspícios dos acordos de consulta de Buenos Aires e Lima para tratar de possíveis ameaças à segurança continental com a possibilidade de alastramento do conflito. A América afirmou

sua posição de neutralidade e estabeleceu medidas de cooperação econômica diante dos problemas que os conflitos na Europa causariam no fluxo de mercadorias.<sup>29</sup>

Ainda assim, o antes mencionado discurso de Vargas, que ocorreu pouco tempo antes da Segunda Reunião de Consulta que ocorreria no mês seguinte em Havana, causou polêmica justamente porque explicitava as contradições entre a solidariedade continental pautada pela democracia e o governo do Estado Novo. Não por acaso, poucos dias depois desse discurso, em 29 de junho de 1940, o presidente pronunciou, na Ilha do Viana, baía de Guanabara, em uma homenagem realizada pelos marítimos, discurso intitulado “A posição do Brasil na América”,<sup>30</sup> que faz referência direta à fala do dia 11.

Iniciando com um elogio aos trabalhadores do mar, dos estaleiros e dos serviços portuários, Vargas trata de retomar o discurso do Dia da Marinha, dizendo que “não é com o comentário falseado e a publicação tendenciosa de frases isoladas que se pode interpretá-lo” e atribui a repercussão negativa do discurso a “agentes de perturbação internacional” (p. 348).<sup>31</sup>

Reforçando o tema da solidariedade continental e, ainda, referindo-se ao discurso no Minas Gerais, o presidente nos deixa uma indicação sobre o modo de conciliação do regime do Estado Novo com o pan-americanismo:

Reafirmei os nossos propósitos de cooperação pacífica e solidariedade com os povos irmãos do Continente, cujos destinos se identificam com o nosso pelos vínculos de formação histórica e idênticas aspirações de progresso; [...] quis, finalmente,

fazer ver, com o exemplo dos fatos, que o regime de 10 de novembro, sendo uma consequência do ajustamento e equilíbrio das nossas forças sociais, é, também, o que mais se adapta à vida contemporânea.<sup>32</sup>

Falando das condições particulares do Brasil, o regime se justificará, então, não por simpatia ou adesão a qualquer outro centro de poder, mas por particularidades brasileiras, que ainda que justificadas por um discurso nacionalista abre espaço, de algum modo, para a ideia internacionalista do pan-americanismo.

O livro intitulado *As fontes brasileiras do pan-americanismo*,<sup>33</sup> com 138 páginas, escrito por Carlos Maul, publicado em edição de Zélio Valverde em 1941, é um importante meio para entendermos o pensamento da época quanto à solidariedade continental. Maul foi jornalista, escritor e poeta, em 1937, ano da instalação do Estado Novo, organizou a Comissão de Publicações da Biblioteca do Exército. Seu livro, embora não tenha sido possível saber sobre a leitura e repercussão que causou na época, constitui fonte interessante para o estudo do pensamento dos defensores do pan-americanismo, pois, apesar de ser de autoria de um intelectual que foi ligado ao regime, não é uma publicação própria dos órgãos de Estado,<sup>34</sup> tal como foi a revista *Cultura Política*.<sup>35</sup> que é outra fonte importante para esclarecimentos sobre o tema.

Dedicado a Oswaldo Aranha, o livro o traz como um “continuador” de uma ideia pan-americana, que segundo Maul, desde os tempos coloniais, faz parte do pensamento brasileiro, no qual a América é considerada uma “unidade moral”.<sup>36</sup> Pouco

depois faz uma contundente afirmação: “O pan-americanismo – designação mais lata e mais extensa do que monroísmo – é uma doutrina essencialmente brasileira”.<sup>37</sup> É bastante corrente e acertada a interpretação de que as ideias de Bolívar, contidas na carta de Jamaica, por um lado, e a doutrina Monroe, por outro, foram embriões antagonísticos do pan-americanismo moderno; nenhum dos quais teve origem no Brasil, e o bolivarianismo, inclusive, via com desconfiança a rara presença do Império em meio às repúblicas hispânicas.

Maul, numa interessante manobra, coloca a doutrina Monroe como uma confirmação daquilo que dois brasileiros tinham escrito anos antes (1941, p. 22).<sup>38</sup> As origens do pan-americanismo, eminentemente brasileiras, afirma ele, estariam em duas cartas: a primeira, de José Joaquim da Maia, dos conspiradores de Vila Rica, que em 1786 escreveu a Thomas Jefferson, na época embaixador dos Estados Unidos em Paris, pedindo ajuda para o processo de independência do Brasil, querendo seguir o exemplo do país do norte, independente desde 1776, e porque a natureza, ao colocá-los no mesmo continente, os ligou pelas relações de uma “pátria comum”: a segunda carta, de 1817, foi escrita por certo Cruz Cabaguá, republicano de Pernambuco, que escrevendo para o governo dos Estados Unidos, em um trecho diz: “O modelo de toda a América do Sul se fixou, por sua fortuna e a de todo gênero humano, na América Setentrional. Aqui [Estados Unidos] principiou o império da felicidade e da liberdade do Novo Mundo. Daqui devem propagar-se as sementes dessa preciosíssi-

ma planta”,<sup>39</sup> e coloca a Monarquia como uma instituição europeia nefasta.

Ambas as cartas estão transcritas na íntegra no apêndice do livro, junto com a doutrina Monroe e o discurso do presidente Vargas de 7 de setembro de 1941. Não há dúvidas de que depositar a origem do pan-americanismo nessas duas cartas é um exagero de Maul; perto dos impactos que a doutrina Monroe e as ideias de Bolívar tiveram na história americana e, considerando ser muito pouco provável que alguma dessas cartas tenha chegado até Monroe ou Bolívar, por exemplo, é difícil sustentar que dessas cartas a ideia se espalhou para a América. Ainda assim, embora tenham se perdido nos caminhos do mundo, as cartas contêm de fato elementos fundamentais ao pan-americanismo moderno: na primeira o “destino” das Américas é tornar-se uma pátria comum, na segunda já aparece, em 1817, o elemento republicano, em oposição à Europa monárquica, que é, sem dúvida, um dos elementos centrais do conceito de pan-americanismo.

Maul parece estar compondo um pan-americanismo, uma doutrina internacionalista, como um elemento “nacional”, cujas origens e “tradição” remetem ao Brasil. Não por acaso, a única referência ao Brasil imperial é breve e oculta a falta de interesse do Império aos Congressos Pan-Americanos do século XIX, encabeçados pelas repúblicas hispânicas; o autor sugere que não faltou solidariedade à Monarquia, sobrepondo os dogmas da diferença de regime.<sup>40</sup>

Na verdade, o Império brasileiro não teve uma postura solidária aos Congressos Pan-Americanos, apesar de ter sido convidado para a maioria deles. Ainda que sob a desconfiança causada pelo seu regime monárquico, não compareceu em nenhuma das discussões, o que só mudou em 1889, com a conferência chamada pelos Estados Unidos. De fato, durante essa primeira conferência (os encontros anteriores eram chamado “congressos”), a Monarquia caiu e foi instalada a República; a postura dos delegados mudou, passando a apoiar as questões pan-americanas, como o arbitramento.<sup>41</sup> Santos sintetiza a postura do Império:

A natureza monárquica do regime político condicionou a atuação do Estado brasileiro em muitos campos e também na política externa. O Império não podia ter uma política verdadeiramente americanista sem pôr em questão a identidade que tentava criar para si como um posto avançado da civilização europeia em um continente marcado por repúblicas vistas como anárquicas e instáveis. Assim, desde cedo a diplomacia imperial desenvolveu resistência à ideia interamericana e às suas propostas concretas, mas sempre com a reserva de não ver o Brasil excluído no caso de essas iniciativas prosperarem, o que se explica pelo receio de uma aliança antibrasileira. Essa política geral foi seguida com poucas variações, a despeito da disparidade do alcance e das causas imediatas dos diversos congressos interamericanos do século XIX (2004, p. 138).<sup>42</sup>

Por esse motivo, Maul evita falar do período monárquico, fazendo referências vagas; isso poderia colocar em xeque a tradição e o caráter nacional que se pretende dar à ideia de pan-americanismo.

Um dos momentos mais emblemáticos na nacionalização da ideia pan-americana e também da adaptação dessa ideia à realidade estado-novista é o paralelo que é feito entre Simón Bolívar e Getúlio Vargas. Para Maul, Bolívar, apesar de repudiar a Monarquia, defendia um governo forte para a imaginada confederação, o que o aproxima de Vargas, que, aos poucos, é construído por Maul como um eminente americanista, pautado em uma “tradição” da política externa brasileira.<sup>43</sup>

Mais ainda, funde-se o governo forte com o ideal de liberdade que estava presente nas cartas mencionadas do período colonial, e que permeia, com a ideia de republicanismo, o conceito de pan-americanismo:

O que Bolívar pretendeu edificar na América Hispânica, Getúlio Vargas conseguiu dentro de nossas fronteiras eliminando os perigos do regionalismo político que entravava o nosso desenvolvimento. A liberdade forte que o glorioso “condotiere” pregava, nós a temos no Estado Novo, sem prejuízo das expansões legítimas do Espírito Criador, mas com a medida indispensável às prerrogativas de conservação do nosso patrimônio histórico e geográfico.<sup>44</sup>

Vargas é ainda “um desses arquétipos que forjaram a alma do Novo Mundo”.<sup>45</sup> Essa figura arquetípica, porém, remete a uma América do Brasil e dos Estados Unidos, colocados por Maul como países de formação histórica semelhante, ao passo que as repúblicas hispano-americanas estão praticamente ausentes do seu texto, exceto quando menciona Bolívar, ou discursos de Vargas proferidos nalguma dessas repúblicas.

Essa aproximação entre Brasil e Estados Unidos, em nível conceitual, remete, talvez, a Joaquim Nabuco, eminente pensador do pan-americanismo no início do século XX, admirador incontestado dos Estados Unidos, onde serviu como primeiro embaixador do Brasil entre 1905 e 1910. Foi um dos principais articuladores da aproximação com aquele país, inclusive como estratégia de afirmação do regime republicano que se instalava, e procurava aproximar-se dos países americanos. Há, no discurso de aproximação aos Estados Unidos, de Nabuco, um forte caráter “civilizacional”; para ele a influência da pujante civilização republicana estadunidense seria benéfica ao Brasil, em oposição ao republicanismo “caótico” hispano-americano, que seria uma má influência. O destino do Brasil era, portanto, “buscar a aliança especial” com os Estados Unidos,<sup>46</sup> ideia que se refletiria anos depois, nos tempos que estamos discutindo, enviesando o processo de integração para um sistema de dois polos.

A aliança americana, claramente focalizada no Brasil e nos Estados Unidos, é permeada pelos termos de aliança “instintiva”,<sup>47</sup> “destinação continental”,<sup>48</sup> “tradição”, em vários momentos do texto, e oposição à Europa, sendo a América um continente de paz.<sup>49</sup> A aliança defensiva que se configurava em 1940 com os acordos das Conferências Pan-Americanas de 1936 e 1938, além das reuniões de Consulta de 1939 e 1940, é, portanto, segundo essa construção, o resultado de uma tradição de longa data, de uma aliança supostamente conduzida pelo Brasil, e, agora, de maneira “clarividente”<sup>50</sup> consolidada

por Vargas nesse momento em que a Europa novamente mergulhava em guerra. “E essa aliança é por sua própria *natureza* tão forte e tão *instintiva* que prescinde da formalidade de convênios escritos, porque está viva na nossa *tradição* de pan-americanismo”.<sup>51</sup> A tradição pan-americanista de Vargas é reforçada quando Maul resgata seu discurso de 9 de outubro de 1909 na Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul, quando o futuro presidente defendeu o Tratado de Condomínio da Lagoa Mirim, firmado com o Uruguai naquele ano.<sup>52</sup> Desse modo, a política pan-americanista de Vargas,<sup>53</sup> sujeito marcado por uma “consciência de americanidade”<sup>54</sup> na década de 1940, não aparece como uma surpresa ou fruto das circunstâncias fortuitas, mas como projeto consciente e premeditado do presidente apoiado na tradição.

Maul nos traz, mais adiante, uma entrevista do presidente Vargas ao periódico argentino *La Nación*, infelizmente sem datá-la. Ele chama a atenção para dois elementos: primeiro o apoio de Vargas à política de boa vizinhança dos Estados Unidos, acompanhada de uma afirmação do presidente de que se essa política tivesse sido iniciada antes, as relações dos Estados Unidos com as repúblicas hispano-americanas seriam menos marcadas por ressentimentos.<sup>55</sup>

O segundo e mais importante elemento é a resposta de Vargas à pergunta de um jornalista argentino acerca da feição autoritária do Estado Novo, afastada do conceito americano de democracia. Para Maul, a resposta do presidente, reproduzi-

da em seguida, mostrou que “nunca o Brasil foi tanto, como agora, uma verdadeira democracia, com a participação mais nítida de todas as classes na vida administrativa” (1941, p. 72).<sup>56</sup> A resposta de Vargas foi:

Se a primeira vista, como diz você, a estrutura do Estado Nacional pode parecer obstáculo à defesa dos princípios democráticos de formação americana, o Brasil nunca deixou de ser, sob o novo regime, uma democracia, de vez que, mais que as palavras e as convenções legais das democracias parlamentares, o regime atende aos interesses do povo e consulta as suas tendências, através das organizações sindicais e associações produtoras. É mais uma democracia econômica que política e por isso apresenta, simplificando, o mecanismo adequado de consulta e de controle da opinião pública. Não temos assembleias numerosas aonde seja possível, à custa do dinheiro público, desperdiçar o tempo em arroubos oratórios e debates estéreis. Substituímo-las, e parece que com vantagem, pelos conselhos técnicos, pela consulta direta aos órgãos representativos da vida econômica e social do país. Na realidade, o que parece divergência ideológica e doutrinária no regime brasileiro em relação aos demais Estados da América, é somente uma afirmação de nossas peculiaridades históricas.<sup>57</sup>

Nesse momento, o Estado corporativo brasileiro é identificado por Vargas como uma democracia, diferente, é verdade, mas uma democracia. A defesa da adesão do Brasil ao sistema pan-americano se torna também, e inesperadamente, uma defesa do próprio regime, mantendo o sentido de uma democracia, ainda que não parlamentar. Ao mesmo tempo, a não conformação

plena com o republicanismo americano é justificada pelas “peculiaridades históricas do Brasil” e pela necessidade de um governo capaz de promover o desenvolvimento rápido do país.<sup>58</sup>

Carlos Maul chega, então, ao discurso aos marítimos, mencionado acima, e, de modo curioso, não o contextualiza como uma retificação do discurso do Dia da Marinha, que havia causado polêmica, provavelmente para preservar a imagem de um americanismo imaculado do governo Vargas. Nesse discurso há ainda dois pontos importantes: a afirmação da neutralidade, uma vez que não há motivos materiais nem “morais” para a entrada do Brasil na guerra em qualquer um dos lados,<sup>59</sup> o que indica, coerentemente, que não havia, naquele momento, necessidade de o regime do Estado Novo ir combater o nazi-fascismo, que, afinal, não era seu antagônico. Além disso, diz Vargas no discurso, referindo-se à solidariedade continental (e parte desse trecho é citado também por Maul):

E essa união, essa solidariedade, para ser firme e duradoura, deve basear-se no mútuo respeito das soberanias nacionais e na liberdade de nos organizarmos, politicamente, segundo as próprias tendências, interesses, e necessidades. Assim entendemos a Doutrina de Monroe, e assim a praticamos. O nosso pan-americanismo nunca teve em vista a defesa de regimes políticos, pois isso seria atentar contra o direito que tem cada povo de dirigir a sua vida interna e governar-se. Fomos um Império e somos, hoje, uma República, sem que a mudança de regime nos afastasse dessa política de cooperação, que é uma tradição da nossa história.<sup>60</sup>

Aqui, a estratégia argumentativa não se baseia em defender um suposto aspecto democrático do regime do Estado Novo, mas em colocar o pan-americanismo “brasileiro” como não pautado pelas questões de regimes internos. Vargas afirma que, anteriormente, a transição do Império para a República não causou mudanças nessa tal tradição pan-americanista, tentando reforçar a não identidade do pan-americanismo com tipos de regimes políticos, mas vimos que no Império a situação era diferente. Parece existirem duas estratégias complementares entre si: a de identificar o Estado Novo também como um regime democrático – como aparece, também, em editoriais da revista *Cultura Política*<sup>61</sup> –, cujas diferenças para a democracia dos Estados Unidos e dos aliados se explica por particularidades históricas, e, simultaneamente, construir uma tradição pan-americana brasileira imaculada, desde os tempos coloniais, segundo a qual a questão do regime não era tão relevante. Isso vai de encontro ao pan-americanismo mais tradicional, digamos, quando das lutas de independência na América, que colocava a questão republicana como contraponto às monarquias europeias, que visavam reconquistar a América. A complementaridade das estratégias se dá pela questão das “peculiaridades históricas” do Brasil, pois, se não há aqui a democracia igual a dos Estados Unidos, tampouco se coloca como central a questão do regime político nesse pan-americanismo “brasileiro” construído entre 1937 e a década de 1940, remontando aos primórdios da ideia pan-americana como um elemento que

sempre fez parte de um pensamento brasileiro.

As “peculiaridades” do regime brasileiro são trabalhadas de modo interessante em uma publicação do Segundo Congresso de Brasilidade.<sup>62</sup> A publicação é de 7 de setembro de 1942, anterior ao congresso, marcado para se realizar entre os dias 10 e 19 de novembro daquele ano, como uma “festa da nacionalidade”, segundo consta no prefácio do livreto. Há um editorial intitulado “Mensagem dirigida ao senhor presidente Getúlio Vargas” que o enaltece, elogiando-o pelas suas tentativas de evitar a entrada do Brasil na guerra, sua dita fidelidade à solidariedade continental, e um apelo ao “sentimento de brasilidade”, que é “a comunhão das energias sadias que se arremontam sob a bandeira do Brasil Uno, no tempo e no espaço, para estudar, conhecer e defender os altos patrimônios de independência material e espiritual de nossa terra”.

Nessa publicação, altamente nacionalista, o tema do americanismo é fundamental e aparece, primeiro, no texto *Unidade patriótica*, do professor Deodato de Moraes, escrito no contexto de entrada do Brasil na guerra, que havia sido oficializada em agosto daquele ano. A preocupação desse texto é colocada explicitamente em três pontos fundamentais, logo no seu início. O primeiro, o mais significativo, é “como orientar a opinião pública, dentro dos princípios estruturais do Estado Nacional, a respeito da unidade pan-americana”.<sup>63</sup> Coloca-se ali a questão que viemos debatendo até agora, num importante “evento paragovernamental”,<sup>64</sup> e a respos-

ta encontrada se encaminha para as particularidades do Estado brasileiro, que, em sua unicidade, não se coloca num campo nem noutra do conflito internacional:

Toda a originalidade do Estado brasileiro reside na sábia dosagem de um sistema de direitos e deveres recíprocos [estado e cidadão]. Nesse sistema, o Estado reflete a vontade da nação organizada como uma entidade viva, e o cidadão, tendo um lugar marcado dentro da organização nacional, dispõe de um espaço livre para o exercício de suas liberdades fundamentais.<sup>65</sup>

No discurso o regime não é nem liberal, nem fascista, embora a questão do corporativismo e do Estado orgânico fique evidente. O texto continua, dizendo que no regime “coexistem o individualismo como característico do poder de criação, signo da força, da inteligência e do espírito, e a ação propulsiva e coordenadora do Estado”. E há, depois, a interessante sugestão de que por não ser um regime polarizado, aproxima-se dos países da América:

Para nós, brasileiros e americanos, criados na doutrina da vida pura, alta e livre da democracia, chocam-nos ambas as concepções extremistas – da esquerda e da direita. Repelimos, com uma mesma altivez, os métodos dos demolidores, as vitórias efêmeras da burguesia autofágica, as ameaças do imperialismo da máquina e as afrontas do regime da força.<sup>66</sup>

Aparece novamente o argumento de que regime tem sua democracia e acrescenta-se, como que para convencer o leitor, que a democracia é aquele regime que rejeita as concepções radicais da direita e da esquerda (parece fazer referência ao nazismo alemão e ao comunismo soviético),

afastando geopoliticamente o Brasil de um alinhamento com o eixo, e, por tabela, com o comunismo, o que, juntos, significa posicionar o Brasil, nacionalista, cheio de suas “peculiaridades históricas”, no bloco americano encabeçado pelos Estados Unidos, mas, como vimos, cujo espírito de união em muito teria partido da tradição brasileira. O tom do texto mantém, então, o discurso da democracia, conciliado com o do Estado Novo, junto com o internacionalismo pan-americano em torno desse “espírito americano”, mantido em torno de um ideal de liberdade.

É interessante ainda que esse texto traga com clareza a ideia de que, para combater as nações do eixo contra as quais o Brasil recentemente havia declarado estado de guerra, é preciso uma “*contra-doutrina* sabiamente preparada e sabiamente dirigida”.<sup>67</sup> É nesse ponto que entram o pan-americanismo e as engenharias conceituais necessárias, que tentamos mostrar aqui, à sua conciliação com o regime do Estado Novo. Essa conciliação foi fundamental para a manutenção do governo para o alcance de seus objetivos estratégicos e para a justificação do alinhamento incontestado com os Estados Unidos em 1942.

## Pan-americanism and Estado Novo: a conceptual approach

### Abstract

Starting from the context of the Brazilian involvement in the Second World War and from the idea of Pan-Americanism as a key element for joining the

Allies, we analyze Carlos Maul’s book, *As fontes brasileiras do pan-americanismo*, 1941, and texts from the Segundo Congresso de Brasilidade, 1942, searching for the conceptual ways of conciliation of an idea of Pan-Americanism supported by a democracy and individual liberty speech with the authoritarian and nationalist regime of Estado Novo. We have found two complementary strategies: supporting that the regime is, in its own way due to historical peculiarities, also democratic; and claiming for past Brazilian Pan-American tradition, nationalizing an internationalist idea.

**Keywords:** Continental solidarity. Estado Novo. Pan-americanism.

### Notas

- <sup>1</sup> Todos os discursos do presidente Vargas aqui mencionados estão disponíveis no endereço eletrônico da Biblioteca da Presidência da República. VARGAS, G. *No limiar de uma nova era*. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1940/21.pdf/view>. Acesso em: 2 abr. 2012.
- <sup>2</sup> CARONE, Edgar. *O Estado Novo: 1937-1945*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 278.
- <sup>3</sup> *Ibid*, p. 331.
- <sup>4</sup> *Id*, *ibid*.
- <sup>5</sup> *Ibid*, p. 334.
- <sup>6</sup> *Ibid*, p. 333.
- <sup>7</sup> *Ibid*, p. 334.
- <sup>8</sup> De fato, o primeiro encontro que buscou reunir os países americanos foi o Congresso do Panamá, de 1826, sob os auspícios de Simon Bolívar, com a participação das delegações da Grã-Colômbia, México, Peru e Federação Centro-Americana, mas foi apenas em 1889, em outro contexto, que a maioria dos países americanos passou a participar.
- <sup>9</sup> Vínculos esses defendidos pelo Brasil nas Conferências Pan-Americanas.
- <sup>10</sup> *Ibid*, p. 331.

<sup>11</sup> MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 63.

<sup>12</sup> Não quero sugerir que a possibilidade de guerra já estava dada desde 1933, mas que já se configurava uma disputa por influência que envolvia questões estratégicas.

<sup>13</sup> Esse comércio com a Alemanha não agradava ao governo dos Estados Unidos, como relata o embaixador brasileiro em Washington entre 1934 e 1937, Oswaldo Aranha, em carta ao presidente em junho de 1937, quando da prorrogação do acordo comercial com o país europeu. CPDOC GV c 1937.06.04/1. Segundo Aranha, o incômodo do governo estadunidense relatado pelo subsecretário de Estado, Sumner Welles, não era material, mas moral e político.

<sup>14</sup> MOURA, 1980; CARONE, 1988, p. 275.

<sup>15</sup> MOURA, 1980, p. 132.

<sup>16</sup> Incluindo acordos com o Export-Import Bank para a retomada das operações comerciais normais entre os dois países, que estava dificultada pela crise do balanço de pagamentos, e para o financiamento de importação de produtos estadunidenses. É importante destacar que não houve exigência de rompimento do comércio compensado com a Alemanha, que violava os princípios do livre comércio defendidos pelos Estados Unidos, o que indica a cautela desse país para não entrar em choque direto com as políticas brasileiras, buscando evitar o fortalecimento dos setores pró-Alemanha dentro do governo.

<sup>17</sup> Tabela de importações do Brasil. Conforme declina o comércio com a Alemanha, aumenta com os Estados Unidos. O mesmo padrão se verifica com os dados de exportações (Cervo; Bueno, 2002, p. 257; IBGE). O Brasil em números. *Anuário estatístico do Brasil-1960*, p. 85-6. Apêndice.

	1932	1936	1937	1938	1939	1940
Alemanha	9%	23,5%	23,9%	25%	19,4%	1,8%
EUA	30%	22,1%	23%	24%	33,4%	51,9%

<sup>18</sup> GERTZ, R. E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 61-110.

<sup>19</sup> De fato, em novembro de 1937, após o golpe do Estado Novo, Aranha pediu demissão do cargo de embaixador nos Estados Unidos, como atesta sua troca de telegramas com o presidente. CPDOC GV c 1937.11.26/2. Por insistência de Vargas, assumiu, no ano seguinte, o Ministério de Relações Exteriores, sob a condição de imprimir uma política externa voltada para os

Estados Unidos, país pelo qual nutria grande admiração (ARANHA, 1994).

<sup>20</sup> Senate Document I (Documento do Senado nº 1), 73º Congresso, 3ª sessão.

<sup>21</sup> Até 1936, realizaram-se, além da primeira, mais seis Conferências Pan-Americanas: México D. F., 1901; Rio de Janeiro, 1906; Buenos Aires, 1910; Santiago, 1923; Havana, 1928; Montevidéu, 1933.

<sup>22</sup> Que seria contraposta pelo delegado argentino Saenz-Peña, que, recusando a união aduaneira, disse “América para a humanidade” (LOBO, 1939, p. 50). Esse episódio é dos marcos das discordâncias históricas de Argentina e Estados Unidos, que, para a delegação brasileira de 1936 em Buenos Aires, atingiria um nível alarmante quando da Conferência Inter-Americana de Consolidação da Paz, como é relatado ao presidente Getúlio Vargas em dezembro daquele ano. CPDOC GV c 1936.12.02/2.

<sup>23</sup> Origen, desarrollo y papel que desempeñan en las relaciones interamericanas. (Manuel Canyes, jefe de la división de derechos y tratados – división de derechos y tratados, Departamento Jurídico, Unión Pan-Americana, Washington D.C., 1955)

<sup>24</sup> MOURA, 1980, p. 137.

<sup>25</sup> LOBO, Helio. *O pan-americanismo e o Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939, p. 82.

<sup>26</sup> Ibid, p. 121.

<sup>27</sup> Em uma breve caracterização do regime do Estado Novo, Garcia (1982, p. 42) nos diz que “o fortalecimento [do governo federal] exigia uma reformulação do sistema de relações entre Estado e Sociedade Civil que se realizou através da criação de uma estrutura administrativa rigidamente hierarquizada, com características corporativistas. A estrutura administrativa montada compunha-se de três pilares fundamentais, consistentes na Presidência da República, nas Interventorias controladas pelo DASP e no conjunto de órgãos técnicos e burocráticos federais”.

<sup>28</sup> Ibid, p. 141.

<sup>29</sup> Final Act of the Meeting of the Foreign Ministers of the American Republics for Consultation Under the Inter-American agreements of Buenos Aires and Lima, Panama, Republic of Panamá, September 23 to October 3, 1939. Disponível em: <<http://www.oas.org/consejo/pr/RC/atas.asp>>. Acesso em: 2 abr. 2012.

<sup>30</sup> Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1940/23.pdf/view>>. Acesso em: 2 abr. 2012.

- <sup>31</sup> VARGAS, G. *No limiar de uma nova era*. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1940/21.pdf/view>. Acesso em: 2 abr. 2012, p. 348.
- <sup>32</sup> *Ibid*, p. 347-348.
- <sup>33</sup> MAUL, Carlos. *As fontes brasileiras do pan-americanismo*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1941 (Biblioteca Nacional, catálogo antigo, I-230,3,10).
- <sup>34</sup> Carone sugere, falando de obras pró-regime em geral, que o interesse em editar esse tipo de obra era grande, pois sempre se podia esperar que o governo, federal ou estadual, comprasse uma boa quantidade de exemplares (1988, p. 168), garantindo, assim, um retorno financeiro. Pode ter sido o caso deste livro.
- <sup>35</sup> Revista criada em 1941, como parte dos esforços do Departamento de Imprensa e Propaganda para promoção do regime do Estado Novo e suas figuras centrais (BONET, 2008).
- <sup>36</sup> MAUL, 1941, p. 13.
- <sup>37</sup> *Ibid*, p. 17.
- <sup>38</sup> *Ibid*, p. 22.
- <sup>39</sup> CABAGUÁ, 1817, apud MAUL, 1941, p. 22.
- <sup>40</sup> MAUL, 1941, p. 33.
- <sup>41</sup> SANTOS, L. C. V. *O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo*. São Paulo: Unesp, 2004, p. 125.
- <sup>42</sup> *Ibid*, p. 138.
- <sup>43</sup> MAUL, 1941, p. 30.
- <sup>44</sup> *Ibid*, p. 33.
- <sup>45</sup> *Ibid*, p. 42.
- <sup>46</sup> PEREIRA, P. J. R. A política externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washigton (1905-1910). *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 48, n. 2, p. 111-128, dez. 2005; RÉ, F. M. Estados Unidos e América hispânica: espelhos para uma jovem república. *Leviathan – Cadernos de Pesquisa Política*, n. 3, p. 222-271, 2011.
- <sup>47</sup> MAUL, 1941, p. 55.
- <sup>48</sup> *Ibid*, p. 34.
- <sup>49</sup> *Ibid*, p. 40.
- <sup>50</sup> *Ibid*, p. 54.
- <sup>51</sup> *Ibid*, p. 55 (grifos meus).
- <sup>52</sup> Acordo no qual o Brasil abriu mão da jurisdição total sobre a lagoa, dividindo-a com o Uruguai.
- <sup>53</sup> Entenda-se, a política de aproximação com os Estados Unidos. Como era de se esperar, não há nenhuma menção às relações do Brasil com a Alemanha, que maculariam essa dita posição inconteste.
- <sup>54</sup> *Ibid*, p. 64.
- <sup>55</sup> É preciso lembrar que, historicamente, o Brasil não fora vítima da política do *big stick*.
- <sup>56</sup> *Ibid*, p. 72.
- <sup>57</sup> *Ibid*, p. 72-73.
- <sup>58</sup> *Ibid*, p. 74.
- <sup>59</sup> VARGAS, 1940, p. 349 (Discurso aos marítimos).
- <sup>60</sup> *Ibid*, p. 350.
- <sup>61</sup> BONET, F. O discurso oficial brasileiro durante a II Guerra Mundial: o Brasil se une para a guerra. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9, 2008. Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ANPUH/RS, 2008, p. 7.
- <sup>62</sup> Biblioteca Nacional, catálogo antigo, II-318,1,16. A publicação contém três textos e um editorial para o Segundo Encontro de Brasilidade, que seria realizado em novembro de 1942, em várias cidades do Brasil. O editorial não tem as páginas numeradas, e é assinado pelo Conselho Diretor, composto por: prof. Dr. Otton da Silva e Souza (presidente-coordenador); prof. Dr. Pedro Deodato de Moraes (secretário-geral); jornalista sr. Henrique Gigante (tesoureiro-geral); prof. Dr. Roberto Accioli; prof. Dr. Hernani Figueiredo Cardoso; gen. João Marcellino Ferreira e Silva; brig. do ar Newton Braga; prof. Dr. João Baptista de Mello e Souza; Dr. Atílio Vivacqua; prof. Mercedes Dantas; Dr. Pedro Vergara; Dr. Edmundo de Miranda Jordão; Dr. Luiz de Moraes Rego; alm. José Maria Neiva; prof. Dr. Luiz Gama Filho.
- <sup>63</sup> MORAES, D. *Unidade patriótica*. Rio de Janeiro: Segundo Congresso de Brasilidade, 1942, p. 2.
- <sup>64</sup> O autor utiliza o termo “paragovernamental” para se referir ao Primeiro Congresso de Brasilidade. Aqui estendemos o termo ao segundo (CARVALHO, L. *Educação e unidade nacional no Estado Novo: o primeiro congresso de brasilidade (1941)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, p. 2).
- <sup>65</sup> MORAES, 192, p. 4.
- <sup>66</sup> *Ibid*, p. 9.
- <sup>67</sup> *Ibid*, p. 16 (grifo meu).

## Referências

- ARANHA, O. *1894-1960: discursos e conferências*. Brasília: Funag, 1994.
- BONET, F. O discurso oficial brasileiro durante a II Guerra Mundial: o Brasil se une para a guerra. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9, 2008. Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ANPUH/RS, 2008.
- CARONE, Edgar. *O Estado Novo: 1937-1945*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- CARVALHO, L. *Educação e unidade nacional no Estado Novo: o primeiro congresso de brasilidade (1941)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2002.
- GARCIA, N. J. *Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.
- GERTZ, R. E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- LOBO, Helio. *O pan-americanismo e o Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939.
- MAUL, C. *As fontes brasileiras do pan-americanismo*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1941.
- MORAES, D. *Unidade patriótica*. Rio de Janeiro: Segundo Congresso de Brasilidade, 1942.
- MOURA, G. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- PEREIRA, P. J. R. A política externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washigton (1905-1910). *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 48, n. 2, p. 111-128, dez. 2005.
- RÉ, F. M. Estados Unidos e América hispânica: espelhos para uma jovem república. *Leviathan – Cadernos de Pesquisa Política*, n. 3, p. 222-271, 2011.
- SANTOS, L. C. V. *O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo*. São Paulo: Unesp, 2004.